

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES -- ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU

Secretariat

## ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by Section 3 of the Goa, Daman and Diu Administration, Removal of Difficulties Order 1962, and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force within this Territory, I make the following Order:

It is hereby declared that public utility and urgent necessity exists for the acquisition of the lands, mentioned below, situated in the village of Santa Ines (Panjim) of Concelho of Goa, for carrying out the «Medium Income Housing Scheme» in Santa Ines:

1. — Plot of land named «Morgado» with an area of 7,324.00 square metres, belonging to Efigenia Augusta Rita Ondúlia de Silveira Vales, from Panjim, registered in the «Conservatória do Registo Predial» da Comarca de Goa, under no. 947, L. B. 11 antigo, of the total value of Rs. 1,61,380/-.

No mortgage or other liability is pending on this property.

2. — Plot of land, named «Gorbat», with an area of 4,429.00 square metres, belonging to Sridora Sinai Bobo e Caculo, from Panjim, registered in the «Conservatória do Registo Predial da Comarca de Goa», under no. 16.367 L. B. 43 Novo of the total value of Rs. 89,280/-.

No mortgage or other liability is pending on this property.

3. — Plot of land named «Duncoriem», with an area of 840.00 square metres, belonging to Akbaralli Habib Veljee, from Panjim, registered in the «Conservatória do Registo Predial da Comarca de Goa» under no. 11.869 L. B. 31 Novo, valued at Rs. 16,800/-.

No mortgage or other liability is pending on this property.

Mulk Raj Sachdev

Administrator of the Union Territory  
of Goa, Daman and Diu

Panjim, 9th January, 1964.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO

Secretaria

## Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 3.º de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order 1962» e sem embargo do disposto em qualquer lei, presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

É declarada de urgente necessidade e utilidade pública a expropriação dos seguintes terrenos, situados em Santa Inês do concelho de Goa, para a execução do projecto «Medium Income Housing» em Santa Inês:

1. — Terreno denominado «Morgado», sito em Santa Inês, com a área de 7.324,00 m<sup>2</sup>, pertencente a Efígenia Augusta Rita Ondúlia de Silveira Vales, de Pangim, descrito na Conservatória do Registo Predial da comarca de Goa, sob o n.º 947 do Livro B onze antigo, no valor total de Rps. 1,61,380/-.

Sobre o mesmo prédio não se encontra inscrito encargo ou ónus algum.

2. — Terreno denominado «Gorbat», sito em Santa Inês, com a área de 4.429,00 m<sup>2</sup>, pertencente a Sridora Sinai Bobó e Caculó, de Pangim, descrito na Conservatória do Registo Predial da comarca de Goa, sob o n.º 16.367 do Livro B quarenta e três novo, no valor total de Rps. 89,280/-.

Sobre o mesmo prédio não se encontra inscrito encargo ou ónus algum.

3. — Terreno denominado «Duncoriem», sito em Santa Inês, com a área de 840,00 m<sup>2</sup>, pertencente a Akbaralli Habib Veljee, de Pangim, descrito na Conservatória do Registo Predial da comarca de Goa, sob o n.º 11.869 do Livro B trinta e um novo, no valor total de Rps. 16.800/-.

Sobre o mesmo prédio não se encontra inscrito encargo ou ónus algum.

Mulk Raj Sachdev

Administrador do Território da União  
de Goa, Damão e Dio

Pangim, 9 de Janeiro de 1964.

**ORDER**

Sanction is hereby accorded to the Rules of the Association «Merces Club» which have thirty-six numbers and are signed by the Director of Civil Administration Services.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

*P. J. Fernandes*

Chief Secretary

Panjim, 10th January, 1964.

### Rules of the Association «Merces Club»

#### Organization and aims

Article 1 — The Club will be denominated as «Merces Club».

Article 2 — The Club is an organization for the cultural, recreative and social uplift of its inhabitants and it will not interfere in political or religious matters.

Article 3 — Its specific aims are:

1 — To promote practice of all types of educational and recreative activities.

2 — To promote recitals, concerts, conferences, balls or shows of any type and formal meetings.

3 — To help its members to defend their moral, economic and social interests.

#### Members

Article 4 — All persons above the age of 18 years shall be eligible.

Article 5 — There shall be three classes of members:

honorary, benefactors and ordinary.

1 — Honorary: all persons, public or collective bodies to whom the General Assembly may deem it fit to confer this honour.

2 — Benefactors: who contribute with a sum of Rs. 50/- or more.

3 — Ordinary: who pay monthly membership fee of Re. 1/-.

Article 6 — The members have the right:

1 — To visit the main building.

2 — To take part in the games, competitions and folk-shows organized by the Club.

3 — To be present for the meetings of the General Assembly taking part in the discussions and votings.

4 — To elect and be elected for the governing bodies.

5 — To propose the admission of new honorary members.

6 — To examine the annual statement of accounts and study in the meeting of the General Assembly the acts of the Managing Committee and Auditors Committee.

7 — To ask for, with proper justification, a meeting of the General Assembly, being the petition for this signed by at least 20 members and addressed to the President of the Managing Committee.

Article 7 — The duties of the members:

1 — To pay till the 10th of each month their monthly membership fee.

2 — To observe strictly the clauses of the present rules and private regulations of the Club.

**Portaria**

São aprovados os Estatutos da Associação «Mercês Club» que têm trinta e seis artigos e baixam assinados pelo Director dos Serviços de Administração Civil.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

*P. J. Fernandes*

Secretário-Chefe

Pangim, 10 de Janeiro de 1964.

### Estatutos da Associação «Mercês Club»

#### Organização e fins

Artigo 1.º O Clube terá a denominação «Mercês Club».

Art. 2.º O Clube é uma organização cultural, recreativa e de levantamento social dos seus habitantes, não intervindo nos assuntos políticos e religiosos.

Art. 3.º São os seus fins específicos:

1 — Promover a prática de todas as modalidades educativas e desportivas.

2 — Promover récitas, concertos, conferências, bailes ou representações de qualquer espécie e sessões solenes.

3 — Auxiliar os seus associados na defesa dos seus interesses morais, económicos e sociais.

#### Sócios

Art. 4.º Serão admitidos como sócios todos os indivíduos de ambos os sexos com idade superior a dezoito anos.

Art. 5.º Haverá três categorias de sócios: honorários, beneméritos e ordinários.

1 — Honorários: os indivíduos, entidades ou colectividades a quem a assembleia geral entenda dever conferir essa distinção.

2 — Beneméritos: os que contribuirem com quantia superior a 50 rupias.

3 — Ordinários: os que pagarem a quota de uma rupia por mês.

Art. 6.º São seguintes os direitos dos sócios:

1 — Frequentar a sede.

2 — Tomar parte nos jogos, competições e vários outros festivais organizados pelo Clube.

3 — Assistir a todas as reuniões da assembleia geral.

4 — Eleger e ser eleito para os corpos gerentes.

5 — Propor a admissão de novos sócios honorários.

6 — Examinar com cuidado as contas da gerência e apreciar na assembleia geral os actos dos corpos gerentes.

7 — Requerer com motivo justificado a reunião da assembleia geral, sendo o requerimento assinado pelo menos por vinte sócios e dirigido ao presidente da direcção do Clube.

Art. 7.º São seguintes os deveres dos sócios:

1 — Pagar até o dia 10 de cada mês a quota.

2 — Observar rigorosamente os preceitos dos Estatutos e dos Regulamentos Internos do Clube.

3 — To contribute by all means within their possibilities for the prosperity and prestige of the Club.

4 — To hold the posts for which they are elected, except when they are disabled from doing so by justifiable cause.

Article 8 — The member will not have right to ask for refund of the money contributed, in case of dismissal of membership or when he ceases to be a member of his own accord.

#### Penalties and commendations

Article 9 — A member who, without justifiable cause, does not pay his six consecutive membership fees, shall forfeit the right to the respective privileges.

Article 10 — A member shall be likewise relieved and prohibited to visit the main building of the Club in the following cases:

1 — When he causes discredit to the Club within or outside the headquarters.

2 — If the member violates the rules or private regulations of the Club incurring in the following penalties: warning, reprimand, temporary suspension and expulsion.

3 — When he suffers from contagious disease.

Article 11 — The application of the penalties is within the powers of the Managing Committee and the penalties may be commuted or repealed only by a subsequent meeting of the General Assembly convened specially for this purpose and requested by the required number of members.

Para unique — The penalty of expulsion will be applicable by the General Assembly.

Article 12 — The members who may distinguish themselves by their services to the Club, will be compensated with the following awards: commendation, diploma and nomination as honorary members.

Article 13 — The above awards can only be conferred upon by the Managing Committee, except the nomination as honorary member which will be conferred by the General Assembly.

#### Receipts and expenses

Article 14 — The following shall constitute the income of the Club:

1 — Membership fees, income from feasts, recitals and other curricular activities.

2 — Grants, donations and any other source of income.

Article 15 — The income referred to in the previous article shall be deposited in a Bank and its accounts being run by the President, Secretary and Cashier of the Managing Committee or by the respective substitutes in case of their absence.

Article 16 — The following shall constitute the expenses of the Club:

1 — Salaries.

2 — Stationery.

3 — Purchase of papers, newsmagazines, books and any other articles for sports.

4 — Light, water, cleaning and repairs of the building, etc.

5 — Travelling expenses of sportsmen or of the representatives of the Club when they have to represent the Club outside the headquarters.

#### General Assembly

Article 17 — The General Assembly shall be composed of all members in full exercise of their rights

3 — Contribuir por todos os meios ao seu alcance para a prosperidade e prestígio do Clube.

4 — Exercer os cargos para que forem eleitos, salvo impedimento por motivo justificado.

Art. 8.º O sócio não terá direito a exigir a quantia contribuída quando for expulso ou quando deixar de ser sócio.

#### Penalidades e louvores

Art. 9.º Perderá o direito às respectivas regalias, o sócio que sem motivo justificado deixar de pagar seis quotas consecutivas.

Art. 10.º Os sócios serão igualmente eliminados e proibidos de frequentar a sede nos seguintes casos:

1 — Quando promover descrédito do Clube dentro ou fora da sede.

2 — Se infringir os estatutos ou regulamentos internos do Clube, ficando sujeito a advertência, repressão, suspensão temporária e expulsão.

3 — Quando padecer de doença contagiosa.

Art. 11.º A aplicação das penalidades dos números acima citados, é da competência da direcção, podendo as mesmas ser comutadas ou revogadas pela assembleia geral quando a convocação for solicitada pelo número legal de sócios.

§ único. A pena de expulsão é exclusivamente da competência da assembleia geral.

Art. 12.º Os sócios que, pelo seu comportamento, se mostrem merecedores do reconhecimento do Clube, poderão ser recompensados com as seguintes distinções: louvor, concessão de diploma e nomeação como sócios honorários.

Art. 13.º A concessão das distinções referidas no artigo anterior é da competência da direcção, exceptuando a nomeação de sócio honorário que compete a assembleia geral.

#### Das receitas e despesas

Art. 14.º Constituem as receitas do Clube:

1 — Produto de quotas, festas, réeitas e outras diversões.

2 — Subsídios e donativos e ainda quaisquer outras receitas.

Art. 15.º As receitas a que se refere o artigo anterior, serão depositadas num Banco, sendo a sua conta movimentada pelo presidente, secretário e tesoureiro do Clube ou no seu impedimento, pelos seus respectivos suplentes.

Art. 16.º Despesas:

1 — Remuneração ao pessoal empregado.

2 — Expediente.

3 — Compra de jornais, revistas, livros e de quaisquer outros artigos de desportos, etc.

4 — Água, luz, lavagem e limpeza e reparações necessárias.

5 — Transportes de atletas ou de dirigentes aos locais onde os mesmos tenham de comparecer em representação do Clube.

#### Da assembleia geral

Art. 17.º A assembleia geral é constituída por todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos e terá

and shall hold annually two meetings (ordinary), being the first in January for the discussion and approval of the report and statement of accounts submitted by the Managing Committee with the opinion of the Auditor's Committee and the last in December for the election of the Governing Bodies.

Article 18 — The General Assembly shall have extraordinary meetings when the President thinks it necessary, when the Managing Committee or the Auditor's Committee asks for it or even a minimum number of 20 members apply for it, indicating reasons for the same.

Article 19 — The General Assembly meeting shall be considered to have been legally constituted when at the time fixed for the meeting at least 1/3 of the members, besides the governing bodies, are present.

Article 20 — When the General Assembly meeting cannot be constituted for the first convocation, as per the previous number, it shall be considered to be constituted at the second meeting or convocation, whatever the number of the members present.

Article 21 — The ruling body of the General Assembly shall be composed of one President, two secretaries with the respective substitutes.

Article 22 — The members will be notified with an anticipation of 10 days indicating the locality, time and agenda of the meeting to be discussed and the notice will be affixed to the main building of the Club and other public places.

Article 23 — It is the duty of the General Assembly:

- 1 — To elect the Governing Bodies.
- 2 — To examine and approve the report and statement of accounts put up by the Managing Committee and to study the acts of the Governing Bodies.
- 3 — To elect honorary members.
- 4 — To impose penalty of expulsion.
- 5 — To study the appeals filed before it.
- 6 — To appreciate and approve the private regulations proposed by the Managing Committee.

#### Managing Committee

Article 24 — The Managing Committee shall consist of three members: President, Secretary and Cashier with their respective substitutes.

Article 25 — It is the duty of the Managing Committee to represent and manage the Club according to the clauses set up in these rules, private regulations and all resolutions of the General Assembly.

#### Auditor's Committee

Article 26 — The Auditor's Committee shall be constituted of three members: President and two members, with the respective substitutes.

Article 27 — It is the duty of the Auditor's Committee to examine the accounts and all documents concerning the administration of the Club and give its opinion.

Article 28 — All the Governing Bodies shall hold their posts for a period of two years and their re-election and repeal of mandate being admissible.

#### Elections

Article 29 — The elections for the Governing Bodies shall take place in the General Assembly meeting by secret ballot, considering as elected the members who secure the maximum number of notes.

anualmente duas sessões ordinárias, sendo a primeira em Janeiro para a discussão e votação do relatório, contas da direcção com o parecer do conselho fiscal e a última em Dezembro para a eleição dos corpos gerentes.

Art. 18.º A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente quando o seu presidente o julgue necessário, quando a Direcção ou o conselho fiscal o solicitar ou ainda quando pelo menos vinte sócios o requererem indicando o seu objectivo.

Art. 19.º Considera-se legalmente constituída a assembleia geral desde que à hora marcada para a reunião esteja presente 1/3 dos sócios, não incluindo os corpos gerentes.

Art. 20.º Quando a assembleia geral não puder constituir-se na primeira convocatória, de harmonia com o disposto no artigo anterior, considerar-se-á constituída na segunda convocatória, seja qual for o número de sócios presentes.

Art. 21.º A mesa de assembleia geral será composta por um presidente, dois vogais, com os seus respectivos suplentes.

Art. 22.º Os sócios serão notificados com antecedência de 10 dias, indicando a hora, local e o assunto, mediante aviso afixado na sede e nos lugares públicos.

Art. 23.º A assembleia geral compete:

- 1 — Eleger os corpos gerentes.
- 2 — Discutir e votar o relatório bem como as contas da direcção e apreciar os actos dos corpos gerentes.
- 3 — Eleger sócios honorários.
- 4 — Aplicar a pena de expulsão aos sócios.
- 5 — Resolver os recursos que lhe forem apresentados.
- 6 — Discutir e aprovar os regulamentos internos propostos pela direcção.

#### Da Direcção

Art. 24.º A direcção será composta de 3 membros: presidente, secretário e tesoureiro, com os seus respectivos suplentes.

Art. 25.º Compete à direcção: representação e administração geral do Clube segundo os preceitos estabelecidos nos estatutos e nos regulamentos internos e em todas as deliberações da assembleia geral.

#### Do Conselho Fiscal

Art. 26.º O conselho fiscal será composto de três membros: presidente e dois vogais, com os seus respectivos suplentes.

Art. 27.º Compete ao conselho fiscal examinar a escrituração e todos os documentos relativos à administração do Clube e submeter o seu parecer a assembleia geral.

Art. 28.º Todos os corpos gerentes desempenharão os seus cargos por período de dois anos, admitindo-se a reeleição e revogação do mandato.

#### Eleições

Art. 29.º As eleições para os corpos gerentes serão feitas na assembleia geral, por escrutínio secreto, considerando-se eleitos os sócios que obtiverem o maior número de votos.

Article 30 — In case of equality of votes the senior member with the necessary qualifications and qualities shall be considered elected subject to the sanction of the General Assembly or otherwise, by convening a fresh meeting.

Article 31 — The result of the election shall be notified to the elected members by the Ruling Body of the General Assembly in the presence of all members.

#### General

Article 32 — The present regulations form the basis of the Club. However, they can be altered totally or partially by the approval of the General Assembly and with the sanction of the competent authority.

Article 33 — It is not permitted to any person to collect donations for the Club without the necessary sanction of the Managing Committee of the Club.

Article 34 — The Club will be represented by its Managing Committee or by their representative in all acts and competitions in which the Club may take part.

Article 35 — In addition to the present Statute, the Club will have regulations for the internal working, approved by the General Assembly.

#### Dissolution

Article 36 — The Club shall be dissolved when the General Assembly constituted by at least 50% of the existing members, so decides, and shall dispose of the property and belongings in the manner in which it deems convenient.

Directorate of Civil Administration Services, Panjim, 8th January, 1964. — The Director, *Sripada Anant Sinai Nadkarni*.

### ORDER

ES/PWD/679

The Administration of Goa, Daman and Diu has considered essential that Municipal Roads important from the point of Touristic Value should be taken up by the Public Works Department, because these roads are to be developed and it is only P. W. D. that can undertake the maintenance and widening of the said roads and repairs and expenditure thereon.

With this object in view, it is decided that the Public Works Department shall take over from the respective Municipalities immediately, and include the following roads in the network of P. W. D. roads.

- I — Municipal road Saligão to Calangute beach, from point of its intersection with State Highway No. 1. of Mapuçá-Reis Magos — 4.297 kms. (Belonging to Bardez Municipality).
- II — Municipal Road from Margão to Colva beach, from the point of its intersection with the state Highway No. IV Cortalim-Margão — 4.792 kms. (Belonging to Salcete Municipality).

Any work presently undertaken by the respective Municipalities on the above roads shall be carried out by them and paid from their funds till the finan-

Art. 30.º Havendo empate no número de votos, considera-se eleito o mais velho com qualificações e qualidades necessárias, ficando sujeito mesmo assim à aprovação da assembleia geral ou no caso contrário, convocar nova reunião.

Art. 31.º O resultado das eleições será participado pela mesa da assembleia geral a cada um dos eleitos na presença dos sócios.

#### Disposições gerais

Art. 32.º Os presentes estatutos são a lei fundamental do Clube e só poderão ser alterados total ou parcialmente por deliberação da assembleia geral e aprovação da autoridade competente.

Art. 33.º Não é permitido a qualquer pessoa angariar donativos para o Clube sem que a direcção a tal o autorize.

Art. 34.º Em todos os actos e competições em que o Clube tomar parte, será este representado pela direcção ou por um seu delegado.

Art. 35.º Haverá regulamentos internos do Clube aprovados pela assembleia geral em complemento dos presentes estatutos.

#### Da dissolução

Art. 36.º O Clube dissolver-se-á quando assim for deliberado pela assembleia geral com a presença de 50 por cento dos sócios dando aos bens e haveres o destino que for achado conveniente.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 8 de Janeiro de 1964. — O Director, *Sripada Ananta Sinai Narcornim*.

### Portaria

ES/PWD/679

A Administração de Goa, Damão e Diu, considera essencial que as estradas municipais, importantes sob o ponto de vista do valor turístico, fiquem a cargo dos Serviços de Obras Públicas porque tais estradas têm de ser melhoradas e atendendo a que somente os Serviços de Obras Públicas estão em condições de executar obras para a conservação, alargamento e reparações das referidas estradas e de financiar tais obras.

Com este objectivo em vista foi resolvido que os Serviços de Obras Públicas deverão tomar a seu cargo, das respectivas Câmaras Municipais, e incluir, imediatamente, as seguintes estradas, na rede de viação dos Serviços de Obras Públicas:

- I. Estrada Municipal que de Saligão se dirige a praia de Calangute desde o seu entroncamento com a estrada nacional n.º 1 de Mapuçá-Reis Magos — 4.297 kms. (pertencente a Câmara Municipal de Bardês).
- II. Estrada Municipal que de Margão se dirige a praia de Colvá desde o seu entroncamento com a estrada nacional n.º IV Cortalim-Margão — 4.792 kms (pertencente a Câmara Municipal de Salsete).

Quaisquer obras que estejam presentemente a ser executadas pelas respectivas Câmaras Municipais, nas referidas estradas, deverão continuar a ser executadas pelas mesmas Câmaras e pagas pelas dotações próprias até o encerramento do ano económico em Março de 1964. As despesas com os

cial year, ending in March 1964. The expenditure for further improvement or repairs will be covered by the P. W. D.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

A. F. Couto, Development Commissioner.

Panjim, 7th January, 1964.

#### Judicial Commissioner's Court

Rules drafted by the Court of Judicial Commissioner in pursuance of article 20 of the Goa, Daman and Diu (Judicial Commissioner's Court) Regulation, 1963

Article I. With the enactment of «The Goa, Daman and Diu (Judicial Commissioner's Court) Regulation, 1963, two meetings per week will, for the meantime, continue to take place, on Tuesdays and Fridays, at 10,30 hrs.

Art. 2. At the meetings of the same Judicial Commissioner's Court there will be distribution of the following kinds:

- No. 1 — Appeals in ordinary and special cases.
- No. 2 — Appeals in summary and over-summary cases.
- No. 3 — Appeals (Agravos).
- No. 4 — Appeals in penal cases for crimes committed before the 1st November, 1963.
- No. 5 — Conflicts and revision of sentences of foreign tribunals.
- No. 6 — Criminal appeals against decisions of the Session's Court.
- No. 7 — Any other cases which should be judged by the Judicial Commissioner's Court.

Art. 3. The time limit for visas (Vistos) to Additional Judges and the competence of the «Relator» to regulate the terms of procedure, are maintained, in accordance with the Civil Procedure Code in force.

Art. 4. The decision trial shall be taken with the intervention of all the three Judges, being registered in the book of «Remembrances». They do not need to be published. The reading of «decrees» in decided cases is done by the «Relator» in the Session Hall, with the attendance of all the Judges and the parties or their representatives. For this purpose the case file shall be sent to the Secretary's Office for the notification of the parties' representatives to attend, if they wish, the reading, which shall take place at the Second meeting after the registration of the decision in the book of «Remembrances». The Secretarial Office shall carry out the above said notifications within 48 hours and shall submit the file to the Relator within 24 hours.

Art. 5. As to civil appeals which have been distributed on 3rd January 1964 and thereafter, in this Court, after the «Visas» of the Judges the interested parties or their representatives shall be duly notified about the day fixed for oral submissions which shall take place in the courtroom and shall be open to public. When the allegations are over the Judges shall gather into the conference room and shall decide the appeal, and the findings shall be recorded down in the register of «Lembranças». The decision shall be published in accordance with the provisions of article 4 of these Rules.

melhoramentos ultteriores ou reparações das referidas estradas serão feitas pelos Serviços de Obras Públicas.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

A. F. Couto, Comissário de Fomento.

Pangim, 7 de Janeiro de 1964.

#### «Judicial Commissioner's Court»

Rules elaborados pelo Court of the Judicial Commissioner nos termos do artigo 20.º de Goa, Daman and Diu (Judicial Commissioner's Court) Regulation 1963

Artigo 1.º Com a entrada em vigor de «The Goa, Daman and Diu (Judicial Commissioner's Court) Regulation, 1963, continuam a haver, por enquanto, duas sessões por semana, às terças e sextas-feiras às 10 horas e 30 minutos.

Art. 2.º Nas sessões do mesmo Judicial Commissioner's Court haverá distribuição de seguintes espécies:

- N.º 1 — Apelações em processo ordinário e especial;
- N.º 2 — Apelações em processo sumário e sumário-ríssimo;
- N.º 3 — Agravos;
- N.º 4 — Recursos em processo penal por crimes cometidos antes de 1 de Novembro de 1963;
- N.º 5 — Conflitos e revisão de sentenças de tribunais estrangeiros;
- N.º 6 — Recursos crimes contra as decisões do Session's Court;
- N.º 7 — Quaisquer outros processos que devam ser julgados pelo Judicial Commissioner's Court.

Art. 3.º Ficam mantidos os prazos de «Visto» aos Juizes Adjuntos e a competência do Relator para regular os termos do processo, nos termos do vigente Código do Processo Civil.

Art. 4.º As decisões serão tomadas com intervenção de todos os três Juizes, ficando consignadas no livro de «Lembranças». Elas não carecem de ser publicadas. A leitura dos acórdãos nos processos decididos é feita pelo Relator na sala das sessões, com assistência de todos os Juizes e das partes ou seus representantes. Para esse fim o processo baixará à Secretaria para a notificação dos mandatários das partes para assistirem, querendo, a mesma leitura, que terá lugar na segunda sessão após o registo da decisão no livro de «Lembranças». A Secretaria fará as ditas notificações no prazo de 48 horas e fará concluso o processo ao Relator no prazo de 24 horas.

Art. 5.º Quanto aos recursos em matéria cível que tiverem sido distribuídos desde 3 de Janeiro de 1964 neste Tribunal, depois dos «Vistos» dos Juizes, os mandatários das partes serão notificados do dia para alegações orais que terão lugar na sala das audiências em público. Findas as alegações os Juizes recolherão à sala das sessões e decidirão o recurso, cujo resultado ficará consignado no livro de «Lembranças». A publicação do acórdão será feita nos termos mencionados no artigo 4.º destes «Rules».

Art. 6. Regarding fines, «justice» tax and advanced fees the former system continues as long as the «Court-fees Act 1870» is not enforced.

Art. 7. In accordance with the provision of the said Regulation there is no need to summon the «Juizes de Direito» (Judges) and the first class Magistrates in connection with any cases filed in their respective Courts. The respective Court shall, be asked to submit any such case in question before the Judicial Commissioner's Court.

Art. 8. In all the civil and criminal cases, pending on this date in this Court the parties may apply, up to the expiry of the time limit for «Visas». The parties shall have right to oral submissions although they have filed their written statement. In such case the oral submissions shall be always before «Visas» when the oral allegations are over, the procedure laid down in article 5 of these Rules shall be followed and the decision shall be published in accordance with article 4 of these Rules.

Art. 9. Any provisions of the laws in force contrary to these Rules shall be considered as revoked.

Art. 10. These Rules shall come into effect immediately, after being registered in the relevant book and published in the Government Gazette.

Judicial Commissioner's Court, in Panjim, 3rd January, 1964.

*Alvaro Jose Maria da Silva Dias*  
Judicial Commissioner

*António Furtado*  
Additional Judicial Commissioner

*José Paulo Teles*  
Additional Judicial Commissioner

Art. 6.º Quanto às custas, multas, imposto de justiça e preparos continua o sistema anterior, enquanto não entrar em vigor o Court-fees Act 1870.

Art. 7.º Nos termos da dita Regulation não há necessidade de convocar os Juizes de Direito e os First Class Magistrates em relação a quaisquer processos, devendo ser avocados todos os processos que lhes tiverem sido conclusos.

Art. 8.º Em todos os processos cíveis e crimes pendentes nesta data e neste Court podem as partes requerer até findar o prazo de «Vistos» que sejam admitidos a fazer alegações orais, mesmo que tenham junto alegações escritas. Neste caso as alegações orais terão lugar depois dos «Vistos». Findas as alegações orais proceder-se-á nos termos do artigo 5.º destes Rules e a publicação do acórdão será feita nos termos do artigo 4.º dos mesmos Rules.

Art. 9.º Quaisquer disposições das leis vigentes contrárias a estes Rules considerar-se-ão revogadas.

Art. 10.º Estes Rules entrarão imediatamente em vigor, depois de registados no livro respectivo e publicados no *Boletim Oficial*.

«Judicial Commissioner's Court» em Pangim, 3 de Janeiro de 1964.

*Álvaro José Maria da Silva Dias*  
Judicial Commissioner

*António Furtado*  
Additional Judicial Commissioner

*José Paulo Teles*  
Additional Judicial Commissioner